



Resposta 18/03/2019 17:44:03

A guarda e remoção dos bens estão previstos como uma das obrigações do contratado na forma do item 10.18 e 10.19 do Termo de Referência, anexo I ao Edital, desta forma, o custo das ações devem ser cobertos pelo contratado, o qual será remunerado na forma do que estabelece o Decreto 21.981/1932, conforme especificado no item 20 do Termo de Referência. Tratando-se de Pregão Eletrônico cujo julgamento será auferido pelo menor preço a partir da menor taxa de comissão a ser paga pela Contratante (Administração) ao Leiloeiro Público Oficial, na forma do que estabelece o item 4.2.1 do Termo de Referência e consignado no item 5.6 do Edital, a taxa a ser paga ao Leiloeiro será o percentual estabelecido na proposta vencedora, não havendo valor a ser repassado caso a proposta ou lance vencedor chegue a 0,00 com percentual correspondente a 0% do valor do bem arrematado.

Fechar